



**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO  
TCU/CNMP, DE 21 DE MAIO DE 2018**

Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica  
TCU/CNMP, de 21 de maio de 2018.

**Cláusula Primeira**

**Do Objeto**

1.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, com sede no Rua do Imperador Dom Pedro II, nº 473, Bairro- Santo Antonio, Recife/PE, inscrito no CNPJ sob o nº 24417.065/000103, representado neste ato por seu Procurador-Geral de Justiça, FRANCISCO DIRCEU BARROS, vem aderir ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Tribunal de Contas da União (TCU) em 21 de maio de 2018, visando conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, fortalecer a atuação coordenada de combate à corrupção e contribuir para melhoria da Administração Pública por meio da transferência de tecnologias e conhecimentos, do acesso a sistemas e do compartilhamento de informações constantes de bases de dados a cargo dos partícipes.

**Cláusula Segunda**

**Da Execução e do Acompanhamento**

2.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, quando couber, participará da elaboração de Plano de Trabalho e se responsabilizará pelo acompanhamento e fiscalização da execução das ações decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

2.2 No prazo de 30 (trinta) dias, contado do início da vigência do presente Termo de Adesão, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO indicará um representante para atuar como interlocutor nas ações decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica.



### Cláusula Terceira

#### Dos Recursos Financeiros

3.1 Nenhum repasse ou transferência de recursos financeiros decorrerá do presente Termo de Adesão.

### Cláusula Quarta

#### Da Vigência

4.1 O presente Termo de Adesão vigorará a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, pelo CNMP.

### Cláusula Quinta

#### Da Alteração e da Denúncia

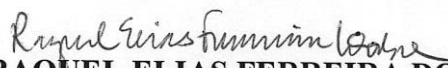
5.1 Este Instrumento poderá ser alterado por consenso, por meio de termo aditivo, ou denunciado por qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, reputando-se extinto trinta dias após o recebimento da comunicação por qualquer dos convenientes, sem que disso resulte ao partícipe denunciado o direito à reclamação ou à indenização pecuniária.

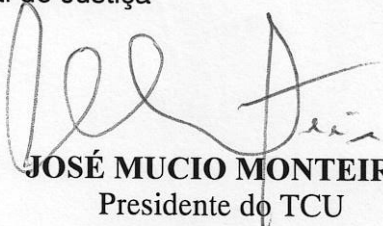
E, por estarem de acordo os partícipes, foi lavrado o presente Termo de Adesão, em três vias de igual teor e forma, assinadas pelos respectivos representantes, destinada uma para cada partícipe.

Brasília, 21 de junho de 2019.

  
**FRANCISCO DIRCEU BARROS**

Procurador Geral de Justiça

  
**RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**  
Presidente do CNMP

  
**JOSÉ MUCIO MONTEIRO**  
Presidente do TCU